



A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA EM ANTONIO GRAMSCI E A PESQUISA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

THE EPISTEMOLOGICAL PERSPECTIVE ON ANTONIO GRAMSCI AND THE RESEARCH OF EDUCATIONAL POLICIES

LA PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA SOBRE ANTONIO GRAMSCI Y LA INVESTIGACIÓN DE POLÍTICAS EDUCATIVAS

*Maria de Lourdes Pinto de Almeida¹
Sidney Reinado da Silva²*

RESUMO: O presente texto busca apresentar a investigação das políticas nos marcos da obra de Gramsci, para debater certos desafios que a “pesquisa educacional” deve enfrentar. Pressupõe-se que a pesquisa em educação é também uma forma de relação pedagógica/hegemônica, não podendo ser neutra em relação à cultura, mas, sobretudo, como produtora de cultura e visão de mundo mais elaboradas. Estudar questões ligadas à epistemologia de Gramsci exige a explicitação do que o autor compreendia por intelectual orgânico e práxis investigativa. O pensamento de Antonio Gramsci retoma o princípio marxista da totalidade para compreender a atividade intelectual. Perante sua concepção de práxis, a categoria de intelectual ganhou outro significado. Sua definição de intelectual orgânico tornou-se fundamental para investigar a pesquisa das políticas educacionais e não apenas as políticas educacionais propriamente ditas. Nesse sentido, se a política educacional for tomada como uma ciência particular, ela merece a mesma crítica que Gramsci faz à sociologia e à economia, isto é, produz verdades parciais que devem ser reapropriadas no âmbito da totalidade da investigação operada pela filosofia da práxis.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia educacional. Políticas públicas. Pesquisa de políticas educacionais. Educação e teoria gramsciana.

ABSTRACT: This paper aims to present the investigation of the political milestones in the work of Gramsci, to discuss certain challenges that "educational research" must face. It is assumed that research in education is also a way of teaching / hegemonic relationship can not be neutral in relation to culture, but primarily as a producer of culture and vision of more elaborate world. Studying issues of epistemology Gramsci requires clarification of what the author understood by organic intellectual and investigative praxis. The thought of Antonio Gramsci takes up the Marxist principle of totality to understand the intellectual activity. Given his conception of praxis category of intellectual gained another meaning. His definition of organic intellectual has become crucial to investigate the research of educational policies and not only educational policies themselves. In this sense, the educational policy is taken as a particular science, it deserves the same criticism that Gramsci does sociology and economics, ie, produces partial truths that must be re-appropriated as part of the entire research operated by the philosophy of praxis.

KEYWORDS: Educational epistemology. Public policy. Search for educational policy. Education and gramscian theory.

¹ Doutora em Filosofia, História e Educação pela FE da UNICAMP. Docente Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, SC – Brasil. Email: malu04@gmail.com

² Doutor em Filosofia Política pelo IFCH da UNICAMP. Docente Pesquisador do Instituto Federal do Paraná – PR – Brasil. Email: sreinald@uol.com.br

Recebido em: 13/11/2014 - Aceito em: 09/03/2015

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo presentar la investigación de los hitos políticos en la obra de Gramsci, para discutir ciertos desafíos que "la investigación educativa" debe enfrentar. Se supone que la investigación en la educación es también una forma de enseñanza / relación hegemónica no puede ser neutral en relación con la cultura, pero sobre todo como productor de cultura y visión del mundo más elaborada. El estudio de los problemas de la epistemología Gramsci requiere una aclaración sobre lo que el autor entiende por intelectual orgánico y praxis investigativa. El pensamiento de Antonio Gramsci retoma el principio marxista de la totalidad de entender la actividad intelectual. Dada su concepción de la categoría de praxis intelectual ganó otro significado. Su definición de intelectual orgánico se ha convertido en crucial para investigar la investigación de las políticas educativas y no sólo a ellos mismos las políticas educativas. En este sentido, la política educativa se toma como una ciencia particular, que merece la misma crítica que Gramsci hace la sociología y la economía, es decir, produce verdades parciales que deben ser re-asignados como parte de toda la investigación operado por la filosofía de la praxis.

PALABRAS CLAVE: Epistemología educativo. Políticas públicas. Búsqueda de política educativa. La educación y la teoría gramsciana.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordamos a investigação das políticas educacionais a partir da obra de Gramsci, buscamos destacar a forma como o autor se reapropriou do marxismo como “filosofia da práxis”. Trata-se, de certo modo, de analisar a pesquisa das políticas educacionais não meramente como ciência, mas como aquilo que Tello (2013) apontou como enfoque, método e reflexão sistemática, de modo que a epistemologia assuma uma “connotación social, política y cultural del conocimiento y la investigación”. (2013, p. 30). Uma cosmovisão não é apenas uma forma de se ler a realidade, mas também um modo de construí-la, sendo que o “posicionamiento epistemológico se convierte en el posicionamiento político del investigador”. (TELLO, 2013, p. 18).

O presente texto busca apresentar a investigação das políticas nos marcos da obra de Gramsci, para debater certos desafios que a “pesquisa educacional” deve enfrentar. Pressupõe-se que a pesquisa em educação é também uma forma de relação pedagógica/hegemônica, não podendo ser neutra em relação à cultura, mas, sobretudo, como produtora de cultura e visão de mundo mais elaboradas.

Assim, estudar questões ligadas à epistemologia de Gramsci exige a explicitação do que o autor compreendia por intelectual orgânico e sua práxis investigativa. O pensamento de Antonio Gramsci retoma o princípio marxista da totalidade para compreender a atividade intelectual. Perante sua concepção de práxis, a categoria de intelectual ganhou novo significado. Sua definição de intelectual orgânico tornou-se fundamental para investigar a pesquisa das políticas educacionais e não apenas as políticas educacionais propriamente ditas. Tello lembra que o termo política educacional refere-se, de modo específico, ao campo teórico, e as políticas educacionais dizem respeito ao seu objeto, no caso, “a la acción y fenómenos políticos que el investigador estudia” (TELLO, 2012, p.3). A abordagem gramsciana não confunde os processos políticos e sociais das “ferramentas” para pensá-lo, mas também não os dissociam, tomando os mesmos como momentos de uma totalidade da

práxis histórica. Nesse sentido, se a política educacional for tomada como uma ciência particular, ela merece a mesma crítica que Gramsci faz à sociologia e à economia, isto é, produz verdades parciais que devem ser reapropriadas no âmbito da totalidade da investigação operada pela filosofia da práxis (COUTINHO, 2008).

Está em jogo a investigação do nexa entre a pesquisa das políticas educacionais e as próprias políticas educacionais. Estas últimas, empiricamente, são formas de intervenção nas instituições e práticas educativas para regulá-las ou desregulá-las, segundo determinado consenso, sendo tanto de ordem tecnoburocrática (des/regulamentação curricular, avaliação e supervisão) jurídica (atrelamento da escola às exigências das leis e diretrizes educacionais, exigência do cumprimento do que foi estabelecido em planos nacionais de educação e cumprimento das determinações de estatutos de setores diversos ao da educação, ingerência de órgãos judiciários), policial (instalação de câmeras, de sistema de segurança e vigilância e mesmo a criação de patrulhas escolares), quanto ideológica e pedagógica (programas de formação de professores, gestores e técnicos administrativos). As pesquisas são formas rigorosas de produção de conhecimento para subsidiar e orientar as políticas educacionais, mas também para mistificá-las, justificá-las ou questioná-las, desmistificá-las e mesmo denunciá-las, propondo aperfeiçoamentos ou mesmo supressão das mesmas. As pesquisas podem vincular-se tanto com a formulação das políticas quanto com a resistência a elas, associando-se muitas vezes às forças de dominação e manipulação do consenso ou então às bases democráticas da gestão como campo de luta dos trabalhadores em educação. A reformulação da filosofia da práxis feita por Gramsci explicitou aspectos da relação entre ciência e sociedade, a partir da perspectiva do conflito entre forças sociais contrapostas, o que afetou a concepção de objetividade da pesquisa.

Não se trata de focar apenas o aparente nexa linear entre a produção do conhecimento no âmbito das políticas educacionais (pela “política educacional”) e as tomadas de decisão no campo prático, mas de levar em conta a forma como Gramsci amplia também as relações pedagógicas como práticas hegemônicas³. Assim tanto o que se chama de “análise das políticas educacionais” e a “análise para as políticas educacionais” podem se identificar, ideologicamente, corroborando para com um mesmo projeto civilizacional ou hegemônico. Mas também pode ocorrer que intelectuais considerados de esquerda, quando estudam as políticas educacionais, podem ser cooptados para atuarem em projetos conservadores, envolvendo-se em “análises para as políticas educacionais” comprometidas com estratégias de acumulação do capital, o que não é raro na América Latina.

³ Essa ampliação das relações pedagógicas, de certo modo, leva em conta o que afirma Tello: “las decisiones políticas y la acción política también poseen un carácter epistemológico en tanto se asume una posición política.” (2013, p. 21). Cabe indagar em que sentido o epistemológico, o pedagógico e o político guardam correspondências entre si ou mesmo se transformam um no outro.

Os interesses intelectuais, a força que os move, têm suas raízes na base social econômica, o que não fica claro muitas vezes até para os investigadores ditos críticos das políticas educacionais. Trata-se muitas vezes de uma crítica sem abrangência, pois não se situa adequadamente dentro do quadro das forças hegemônicas. Assim, por não se levar em conta determinadas mediações, nega-se a história e perde-se a possibilidade de pensar a luta de classe conforme o princípio da totalidade. Sem isso a pesquisa não se assume politicamente frente aos embates de projetos hegemônicos. A hegemonia é “criação de uma massa de homens capazes de ‘pensar coerentemente e de modo unitário’ o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar de civilização” (DIAS, p. 710).

Perante isso, a pesquisa das políticas educacionais são também pedagógicas; não apenas são resultados de direcionamentos ético-políticos, mas também os produzem. Os projetos de pesquisas são, tacitamente ou não, definidos conforme interesses dos pesquisadores, dos departamentos e institutos de pesquisa e dos financiadores. Mesmo o objeto da pesquisa e sua objetividade são historicamente constituídos. Isso significa que são produtos humanos, expressando, conscientemente ou não, vontades de classes e grupos sociais em conflito, que configuram e contrapõem forças sociais, frente às quais os pesquisadores descobrem, pressupõem, propõem e conformam tendências, valores e princípios. Não só a objetividade, mas também as dimensões qualitativas e quantitativas da pesquisas estão impregnadas ideologicamente, estão comprometidas ou não com a emancipação de classes e grupos populares e do novo patamar de civilização que isso exige. Tratar de forma meramente quantitativa a pesquisa das políticas educacionais ou com outras formas reificadas de objetividade já pressupõe eximi-la do seu aspecto humano, político, afirmando uma ontologia reducionista em que se identifica o histórico com o natural ou físico. Isso já pressupõe um direcionamento pedagógico e uma conformação conservadoras das vontades dos pesquisadores e dos “consumidores” de suas descobertas. Não é de admirar que periódicos e editoras definam linhas editoriais demarcadas não apenas por critérios dados pelo objeto específico, mas também pelo compromisso ideológico das investigações.

Gramsci aborda a relação entre a base material, econômica, e o nível das elaborações intelectuais. A pesquisa situa-se também como mediadora na articulação dos aspectos estrutural e superestrutural da realidade social. Ela é ideológica, constituindo-se também no cimento agregador do bloco histórico. A questão posta no texto *Os Intelectuais e Organização da Cultura* interrogando se os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou se cada classe social possui sua própria categoria especializada de intelectuais (GRAMSCI, 1995b, p. 3) é fundamental para se estudar a pesquisa das políticas educacionais.

2 OS INTELLECTUAIS E A HEGEMONIA

Apresentaremos aspectos do pensamento de Antonio Gramsci que possibilitam compreender os problemas da educação no seu nexos com os intelectuais e suas formas de atuação no âmbito da formação humana. Intelectuais, na acepção abrangente gramsciana, são “aqueles que, independentemente de titulação acadêmica são capazes de enfrentar as graves questões que afetam as classes e dar respostas a elas” (DIAS, 2006, p. 133). Os intelectuais, no caso dos acadêmicos, que pesquisam as políticas educacionais, ao mesmo tempo em que pesquisam a educação, interferem em seu campo. A pesquisa já é uma prática política e pedagógica. O pesquisador das políticas educacionais é formado pelo conjunto contraditório de forças atuantes em um país, interna e externamente. Gramsci amplia a relação pedagógica como relação de hegemonia, relação esta que existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo em analogia a outros indivíduos. Mas isso se dá de uma forma hierarquizada, segundo processos de subordinação, presentes nas sociedades divididas/organizadas em classes. Assim são dispostos intelectuais e não intelectuais, governantes e governados, elites e seguidores, dirigentes e dirigidos. Como relação hegemônica, perpassada por processos de subordinação e emancipação, Gramsci estende as relações pedagógicas também para o âmbito internacional, nas relações entre civilizações/culturas nacionais e continentais.

O ponto fundamental para compreender a pesquisa em educação a partir da obra de Gramsci se encontra na articulação entre infraestrutura e superestrutura. Trata-se de um vínculo que, segundo a abordagem teórico-metodológica, expressa no princípio da totalidade da filosofia da práxis, é concebido como bloco histórico. Na qualidade de bloco, esse vínculo é uma combinação de vários elementos correlatos, mutuamente influentes. É na base material da sociedade que se configuram as relações de forças econômicas, definindo também a sua expressão cultural, jurídica, moral e ideológica. Nela que se enraíza de imediato a subsistência humana, que divide os homens conforme os interesses antagônicos, de acordo com a divisão de classes no interior de uma formação histórica ou modo de produção. Contudo, a superestrutura, não é considerada mera projeção ou epifenômeno dessa base material, pois se apresenta também como constitutiva. A partir das relações materiais se articulam as estruturas de comando e controle em seus aspectos militares, políticos, jurídicos, religiosos, científicos, artísticos, em um leque que vai do emprego da força bruta até as formas mais sutis de se produzir *consenso*.

Pode-se falar em uma *relativa* autonomia superestrutural ou organizacional, mas não se podem conceber os âmbitos culturais, jurídicos e políticos sem correlação com forças básicas predominantes historicamente. Isso significa que no nível superestrutural ocorrem lutas decisivas, capazes de manter ou transformar as relações básicas ou de classes sociais. Contudo, as oportunidades de manutenção ou transformação se encontram intimamente ligadas à própria infraestrutura, às condições objetivas definem as possibilidades e os limites da ação política e pedagógica. Quer dizer, outrossim, que as disparidades das manifestações

superestruturais ou ideológicas, se explicam pelos interesses materiais aos quais, em última instância, elas se referem. Assim, as visões de mundo que justificam e tendem a perpetuar determinadas práticas constituem-se a partir dos interesses econômicos das classes sociais. Frente a isso, as políticas educacionais são definições que afetam a formação de trabalhadores e dirigentes nas instituições governamentais e civis.

A *sociedade civil*, tal como ela era concebida no pensamento de Marx, caracterizaria a atividade dos homens na busca pela sobrevivência, princípio que, no capitalismo, configura-se na relação capital-trabalho e no mercado ou *conjunto de relações econômicas*. No *mercado*, os homens despontar-se-iam como investidores, produtores e consumidores. Ainda que Gramsci parta das noções de Marx⁴, ele define a sociedade civil associando-a à luta hegemônica e, portanto, também à superestrutura. A sociedade civil configura-se então como hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Assim, a sociedade civil compreende diversos elementos, tais como: a ideologia da classe dirigente, concepção de mundo e direção ideológica da sociedade. Desse modo, a sociedade civil pode ser compreendida como conjunto dos elementos que configuram uma tendência organizacional e administrativa da sociedade.

A tendência predominante resulta, porém da interação da ciência, religião, arte, direito, filosofia, senso comum, folclore, enfim das várias formas pelas quais a concepção de mundo e os valores e interesses de determinada classe são incorporados socialmente. Mas essa tendência predominante não é absoluta e está sujeita à reviravolta, conforme as lutas sociais (*práxis*) e as transformações nas disposições econômicas ou nas relações de classes. A sociedade civil é *campo de luta* hegemônica, em que a batalha se trava no interior dos aparelhos privados de difusão de ideias e valores construtores de consensos que são as bases das tendências predominantes. Tais aparelhos são as instituições com caráter cultural, tais como escolas, igrejas, empresas e os centros de pesquisa.

A universidade e a pesquisa apresentam-se como centros difusores da ideologia conforme o saber que se produz e, sobretudo, a linguagem nacional da qual elas seriam guardiãs. Contudo, no âmbito da pesquisa científica Gramsci afirma que nem sempre a universidade exerce uma função unificadora, pois, em muitos casos, um pensador livre pode ser mais influente do que toda uma instituição acadêmica. (GRAMSCI, 1995a, p. 29)

A dominação e/ou a emancipação social nas sociedades mais evoluídas politicamente se dão, sobretudo, no interior da sociedade civil. A sociedade política, o Estado como aparelho repressor marcado pelo uso da força policial e do direito tem suas fronteiras com a sociedade civil embaralhadas, o que deve ser levado em conta quando se investiga os

⁴ Conforme mostra H. Portelli, a sociedade civil é considerada por Marx como "o conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado". Já Hegel "compreende também no seio da sociedade civil, as associações políticas e sindicais, as corporações, que constituem 'o conteúdo ético do Estado'". (PORTELLI, 1991. p. 20)

processos de dominação e emancipação. A classe dominante economicamente, ainda que controle os aparelhos ideológicos em que se maquina o consenso, necessita do uso do constrangimento como suporte para garantir a opressão sem o qual não consegue manter a exploração. A *sociedade política* constitui-se no aparato estatal, voltado para manter, induzir e impor determinadas relações conforme as definições das forças hegemônicas.

Não se podem, portanto, estabelecer linhas demarcatórias entre esses dois setores da sociedade, pois eles são organicamente vinculados. Nesse bloco, ou totalidade orgânica, a dominação adquire as forças de *direção intelectual, moral e coercitiva* conforme se passa do consenso ou controle da opinião pública para o uso da violência institucionalizada (exército, direito) ou não (organizações paramilitares). No seio da própria *sociedade civil*, já despontam os elementos da *sociedade política*⁵. Tanto no uso da força, quanto no de produção do consenso, a atividade estatal tem na *sociedade civil* seu ponto de partida e de chegada. Assim, a caracterização do privado, na qualidade de expressão da sociedade civil, e do público, como espaço do político, torna-se problemática, uma vez que as divisões e as contradições da *sociedade civil* tornam inadequada qualquer manifestação do “*bem comum*” capaz de contemplar as diferentes manifestações das atividades econômicas. Por isso, no capitalismo, a esfera pública, na qual as tendências hegemônicas se configuram, tende a ser sempre correlato das atividades *privadas*. Revolucionárias seriam as tendências predominantes que efetivamente promovessem os interesses da maioria dos trabalhadores.

3 OS INTELLECTUAIS E A PESQUISA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Os intelectuais revolucionários ao se comprometerem com a libertação do trabalhador em relação ao capital, atuam no sentido de construção da identidade de classe (DIAS, 2006, p. 100). Sem isso, não se pode apurar o aspecto universal da vontade dos trabalhadores. Nesse sentido pode-se dizer que a pesquisa das políticas educacionais contribui para a formação da vontade coletiva ou para falsificá-la⁶.

Gramsci fala de várias formas de manifestação da vontade coletiva. Ela pode surgir extrinsecamente, quando um *herói* ou *homem representativo* a propõe, sendo, porém instável: *compondo-se e decompondo-se continuamente*. (GRAMSCI, 1991, p. 169). Ela também pode surgir a partir do *fetichismo*, em um processo em que se atribui a todas as organizações um poder operante que de fato não possuem. Mas isso estava dando cada vez mais lugar à mediação do partido como articulador do consenso e capaz de cimentar os elementos constitutivos do bloco histórico.

⁵ "Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter dúplice – natural, contratual ou voluntário – uma ou mais prevalece relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido como aparelho governante-coercitivo" GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 8.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991. p. 151.

⁶ No Brasil, recentemente as conferências sobre educação mostraram como isso é decisivo para definir o que é desejável no âmbito das políticas educacionais. Basta ver os relatórios finais da Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 (CONEB) e da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE).

A real expressão do coletivo é constituída “de indivíduos singulares, os quais formam o organismo na medida em que se entregam e aceitam ativamente uma hierarquia e uma direção determinadas”. (GRAMSCI, 1991, p.177). Essa consciência coletiva se forma de acordo com um consenso ativo e direto, com a participação dos indivíduos, com o atrito entre eles, “mesmo que isso provoque uma aparência de desorganização e tumulto”.⁷ Nesse caso, o organismo não é estranho aos indivíduos. Cabe investigar como as políticas educacionais promovem a expressão do coletivo ou contribuem para desarticular as forças sociais capazes de criar um novo consenso.

Pensar as políticas educacionais como formadoras de consensos exige abordar o Estado e sua forma de atuar. A concepção de vontade coletiva, nacional-popular correlaciona-se com o enfoque ampliado do Estado. O autor critica a noção de Estado guardião tal como apresentado no ideário liberal. Essa concepção não faria sentido quando o Estado exerce diretamente funções econômicas e ideológicas. Portanto não se pode mais conceber um Estado incumbido apenas de manter a lei e a ordem pública. O Estado é “além do aparelho governamental, também o aparelho 'privado' de 'hegemonia' ou sociedade civil”. (GRAMSCI, 1991, p. 147). O Estado guardião estaria voltado apenas para a repressão e o constrangimento... O Estado mínimo, ou apenas “guardião da 'lealdade do jogo' e das suas leis” (GRAMSCI, 1991, p. 149), torna-se uma ficção na perspectiva gramsciana.

Como foi visto, de acordo com a noção de Estado ampliado, as relações entre a sociedade civil e a política se mesclam, podendo ocorrer apenas que, em uma determinada situação, uma prevaleça sobre a outra⁸. Contudo elas estão implicadas, pois não é possível submeter os governados apenas pela força, um mínimo de persuasão e consenso sempre estaria presente. O Estado em seu significado integral passa a ser concebido como “sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1991, p. 149) ou ditadura mais hegemonia. Gramsci concebe a noção de sociedade regulada como uma forma superior de organização social. Essa nova forma de organização social adviria posteriormente ao Estado-ético⁹, que assumiria uma função civilizadora capaz de elevar as massas à condição de sujeitos históricos, bem como de desenvolver a economia e promover a melhoria das condições materiais da vida humana. Perante isso pode se criticar as práticas de reformismo e as revoluções passivas que constituem marcas da atuação conservadora dos governos comprometidos com o capital, cujas mudanças não expressam uma vontade popular nacional.

⁷ A verdadeira expressão da originalidade deveria ser a democrática, “que é um centralismo em movimento real, um modo de temperar os impulsos da base com o comando da cúpula, um inserimento contínuo dos elementos que brota do mais fundo da massa na cornija sólida do aparelho de direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências”.(GRAMSCI, 1991. p. 83.)

⁸ “a estreita colaboração e, inclusive, o caráter ambivalente dos órgãos das sociedades civil e política se traduzem, nos Quaderni, em uma ampliação do conceito de Estado, entendido como o conjunto dos órgãos, qualquer que seja seu estatuto formal – organizações 'privadas' ou aparelhos de Estado, através dos quais é exercida a influência do grupo dominante” (PORTELLI, op. cit., p. 35).

⁹ Gramsci destaca essa função ética do Estado. “Cada Estado é ético quando uma das suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral ou o tipo que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto dos interesses das classes dominantes”. (GRAMSCI,1991, p. 145).

A sociedade regulada seria uma sociedade sem classes, pois as distinções entre os homens, baseadas nas relações que estabelecem com os meios sociais de produção, não existiriam mais. A sociedade regulada representaria o fim do Estado promovido, não mais por uma classe exploradora e que representasse apenas interesses parciais, mas pela classe que realmente seria capaz de suprimir as diferenças de classes, pois representaria a maioria social e colocaria seus interesses como os verdadeiros interesses de todos. Com isso a repressão e o constrangimento não seriam mais necessários e a sociedade política seria reabsorvida ou identificada pela e na sociedade civil. (GRAMSCI, 1991).

Para Gramsci, as lutas sociais e políticas nas sociedades atuais se dão menos *contra* o Estado do que no Estado. Este se apresenta como instância mediadora de interesses de classes, em vez de um mero representante da classe dominante. Nele, portanto, os antagonismos se manifestam. O papel do intelectual orgânico é o de organizar, conduzir e persuadir as massas produzindo consensos. Ao ampliar o Estado, o autor ampliou, também, o papel do intelectual.

A autonomia dos intelectuais orgânicos frente às classes que os representam eleva-os acima do estágio econômico-corporativo. Quando os intelectuais orgânicos unem-se mais intimamente à classe dominante, atuam para *constituírem uma verdadeira superestrutura, e não apenas um elemento inorgânico e indistinto da estrutura-corporação*. (GRAMSCI, 1991, p. 424). A relação do intelectual com a sociedade se dá em um processo pelo qual os momentos se articulam em uma relação mediatizada e graduada. Essa relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é sim 'mediatizada', em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais *são precisamente os funcionários*. (GRAMSCI, 1995, p. 10).

Essa noção mais ampla de intelectual possibilita abordar a da produção da ciência no seio do embate hegemônico. Conforme o autor, a classe detentora do capital *monopoliza* a cultura, a ciência e a arte. A ciência torna-se, portanto, meio de apropriação e expropriação econômica e cultural. Os intelectuais apropriando-se do conhecimento e detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo, contribuem para explicar, conservar ou transformar a sociedade na qual estão inseridos. A universidade, na sua correlação com os meios de produção material, reproduz e corresponde às necessidades sociais, conforme as influências dos grupos organizados defensores dos interesses de classes.

Nesse contexto, a academia, no ideário gramsciano, apresenta-se como uma esfera em que se refletem as disparidades das atividades econômicas ou as diversas tendências hegemônicas. Ela é o que Gramsci denominou de aparelho privado de hegemonia. Para Gramsci (1995b, p. 125) em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização (da sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passará para o trabalho profissional, bem como um encontro entre esses e os universitários.

Assim, na qualidade de revolucionária, a Universidade tem uma função ética. Cabe a ela atuar no sentido de elevar ("selecionar e desenvolver") as *"capacidades individuais das massas populares"*.

Gramsci (1995b, p. 155), propôs uma organização acadêmica capaz de unificar (vivificar de alto a baixo) os vários tipos de organizações culturais existentes. Trata-se de uma *"centralização de competências e especializações"*. Com isso, propõe-se unificar o trabalho acadêmico tradicional com as atividades ligadas à *"vida coletiva"*, isto é, com o mundo da *"produção e do trabalho"*. Assim para Gramsci, a questão da aplicação da pesquisa no setor produtivo é algo fundamental. Contudo, dentro dos propósitos da academia, esse ponto é apenas um dos elementos capazes de elevar as condições materiais e culturais da existência dos homens. O objetivo máximo da organização da cultura seria o de *"obter uma centralização e um impulso da cultura nacional"* como nunca se tinha visto antes, de modo a *"confluir e solidificar-se o trabalho das academias e das universidades com as necessidades de cultura científica, das massas nacionais-populares, reunindo a teoria e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho industrial"* (GRAMSCI, 1995b, p. 155). As exigências para que as pesquisas em educação se comprometam com a educação básica, de certo modo, expressam essa necessidade ético-política apontada por Gramsci. Isto se verifica, sobretudo, quando se espera que tal pesquisa contribua para o incremento das condições materiais, pedagógicas e curriculares da educação básica.

As influências entre a ciência e a sociedade são *complexas*. Cabe a elas, o que diz Gramsci, a formação das vertentes de intelectuais, isto é, que a complexidade resulta *"das várias formas que, até nossos dias, assumiu o processo histórico"*. Trata-se de buscar tal compreensão *"no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e portanto os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais"* (GRAMSCI, 1995b). Juntamente com novas formas de produção surgem novas visões de mundo exprimindo novos modos de relações entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. A ciência pode ser compreendida tanto como elemento superestrutural, produtora de visões de mundo, de valores capazes de engendrar consensos políticos (em torno do justo e do aceitável), quanto como elemento infraestrutural, produtora de máquinas e processos capazes de incrementar os meios de produção.

Na perspectiva do conceito de *intelectual orgânico*, engajado na luta política conforme as frentes dos interesses de classes, a universidade pode ser pensada como um duplo e articulado campo de atuação. Tanto como incremento da força produtiva e do lucro, quanto de confronto político e ideológico, da busca da hegemonia e da supremacia (momento de unificação do consenso e da conquista do poder de *fato*). Nessa perspectiva, as relações entre a universidade e a escola podem ser pensadas, não apenas como relações de interesses de transferência de "técnica", metodologias (academia = balcão de tecnologias educacionais), mas, sobretudo, como relações políticas em que os *interesses econômicos* e os *fins públicos* encontram-se correlacionados na luta hegemônica.

Gramsci não aceita também a concepção positivista da previsibilidade científica como uma atividade objetiva e neutra, sobretudo da forma como isso é atribuído à sociologia. Prever não é bem conhecer, pois não se pode saber sobre o que ainda não existe. Por isso a previsão é um “ato prático”. Somente na medida em que se atua se pode prever. A previsão depende da ação que contribui para produzir o resultado previsto (1995a, p.162). Nesse sentido, a comunidade de pesquisadores das políticas educacionais não apenas conhece, mas também contribui praticamente para produzir resultados esperados. O que aparece como um fato, como algo inevitável é produto da práxis total da sociedade, pois as políticas públicas são formuladas segundo pesquisas e são também controladas por meio de pesquisas. Cabe ao trabalho crítico do *intelectual orgânico*, como representante e agente de uma determinada classe, re-interpretar o que se chama de fato no positivismo, desviando as tendências ideológicas conservadoras inerentes a um sistema de hipóteses filosóficas implícitas em uma determinada *ciência*. Razão pela qual, admite Gramsci, um grupo social pode *apropriar-se* da ciência de outro, sem aceitar a sua ideologia.

As ciências naturais determinar-se-iam pelo caráter quantitativo, ao passo que as ciências da práxis vinculam-se ao qualitativo. Ainda que o nexos quantidade-qualidade seja inseparável, eles distinguem-se por um critério operacional. O quantitativo admite previsões e a construção de planos de trabalho. As políticas educacionais se mostram em um primeiro momento como quantitativas. Contudo, como marcadas pelo devir, tais políticas são produtos da práxis social e resultantes da colisão de diversas vontades, o que não pode ser controlável e/ou mensurável. Cabe à investigação das políticas educacionais abordar a forma como a qualidade não se dissocia da quantidade, como a quantidade se transforma em qualidade, e, sobretudo, identificar o agente dessa transformação.

Outro aspecto ligado à investigação das políticas educacionais refere-se à forma como elas articulam conhecimento, metodologias de ensino e técnicas de gestão. A relação entre conhecimento, tecnologia e práxis é histórica. Abstraída do contexto, ela se apresenta como incremento da atividade produtiva, revelando-se relação do homem com a natureza. No caso da educação, visa-se aumentar a produtividade das escolas e dos sistemas de ensino em uma abordagem que privilegia o quantitativo. Cabe pensar em que sentido o aumento do conhecimento sobre a educação e suas políticas produzem *know-how* sobre formas de intervenção na realidade educacional. A análise das relações entre ciência e progresso técnico revela que a história não mostra uma linearidade nessa relação. Essa história faz parte de outra, mais ampla, movida pelas contradições de interesses, pela luta de classes. (O problema da afirmação ou negação da luta de classes é ideológico, hegemônico, mas fundamental para compreendermos a práxis acadêmica, a relação entre as pesquisas e suas “aplicações”). Assim os usos ou não de saberes disponíveis pelas políticas educacionais dependem da correlação de forças hegemônicas em uma sociedade.

Tal análise histórica da produção e transmissão do conhecimento na qualidade de trabalho e mercadoria é pertinente para o estudo de problemas ligados à vida acadêmica, especificamente no campo da pesquisa. Nesse sentido, estabelecemos dois focos de análise.

No primeiro, tomamos a ciência em sua relação com a produção, como atividade de incremento de técnicas. Muito das pesquisas sobre política e gestão da educação na América Latina são feitas com o intuito de corrigir desvios das mesmas, tais como suas ineficiências e ineficácias, como se o que estivessem em jogo fossem questões operacionais, mal estabelecimentos de metas, estratégias e meios. No segundo foco, a investigação das políticas educacionais é enquadrada no contexto da práxis, como interação, relação de dominação e resistência do homem sobre o homem. Naquela primeira perspectiva enquadram-se abordagens ancoradas em modelos advindos das ciências da natureza ou da sociedade reificada, no caso de abordagens economicistas da educação, enquanto que nestas enquadram-se o materialismo histórico e a noção de práxis, bem como do princípio de totalidade.

Ainda que se possa falar, como nas perspectivas alinhadas ao positivismo, em um reducionismo de ambas, em que uma mesma metodologia supõe um mesmo objeto, ou seja, fatos, sujeitos a uma abordagem empírica e mensurável, destacando os aspectos objetivos e subjetivos do mundo, a noção de *práxis* (gramsciana) supõe a intrínseca relação teoria-ideologia-técnica.

Ao se estudar, por outro lado, a prática do intelectual inserido no contexto histórico mais amplo, novos elementos apresentam-se. Entre estes, destacam-se as opções e as posições do intelectual frente à correlação de forças políticas. Nesse âmbito, interessa a análise das concepções ideológicas inerentes às práticas dos intelectuais. Ideológico no sentido de visão de mundo, de sociedade e, sobretudo, da responsabilidade dos pesquisadores, pois a pesquisa não se apresenta desvinculada da realidade cultural e social (TELLO, 2012). Aqui se exige um posicionamento político do *investigador*. Esse posicionamento pode ser tácito ou confesso. As linhas de pesquisa, os objetos escolhidos, os convênios e os fins aos quais destina sua pesquisa mostram as opções inerentes à atividade, tanto quanto a sua fala ou o que se expressa em entrevistas, atas, artigos de posicionamento político.

Quando se fala em ideologia referimo-nos às concepções de público e privado, em que se compreendem termos como governo e mercado, iniciativa privada e iniciativa do Estado. Nesse sentido, admitimos que os fatores mais influentes sobre a pesquisa seriam as tendências do mercado, ou as demandas por novos processos e incrementos tecnológicos, em função da concorrência entre empresas, bem como os programas de governo voltados para Pesquisa & Desenvolvimento. No primeiro caso, as pesquisas obedeceriam à própria dinâmica *anárquica* do mercado. No outro, ela se daria conforme parâmetros e objetivos prefixados e politicamente orientados, conforme as tendências hegemônicas. Nesse sentido, duas inclinações: a privada, em que não haveria um controle *prévio* por uma autoridade centralizada; e a pública, em que se verifica uma diretriz dada por uma autoridade comum, no caso o *Estado*, na qualidade de representante da *coletividade*. Cabe determinar o que é público ou coletivo. Nisso reside o aspecto ideológico, uma vez que estamos no campo da *persuasão*.

A investigação das políticas educacionais não pode ser dissociada do estudo sobre o Estado. Na complexidade histórica não se pode desvincular Estado de mercado, quer dizer, as relações econômicas das relações políticas. Pode-se falar de hegemonia, no sentido de que as forças ligadas aos interesses do mercado, do lucro prevaleçam, no sentido de determinar um consenso, capaz de garantir *diretrizes públicas* voltadas para os interesses do capital, assim como se pode falar na hegemonia das forças intervencionistas, que, negando a mera dinâmica do mercado determinante das diretrizes comuns, visam regular ou modular o próprio mercado, no sentido de contrariar a sua *espontaneidade* anárquica. Trata-se de hegemonia no sentido de que as tendências públicas imprimidas pelo Estado, quer conforme os interesses do *livre mercado* ou dos que propõem discipliná-lo ou suprimi-lo, exigem um consenso e um constrangimento que só podem se efetivar com o uso do aparelho governamental. A luta política (hegemônica) trava-se em torno da ocupação dos espaços do Estado, os mecanismos de controle do público.

Nesse sentido, é que o dismantelamento da universidade pública ou seu incremento dependem das tendências hegemônicas de plantão. O mesmo se diz dos *incentivos* públicos para a privatização da pesquisa, criação de centros de desenvolvimento tecnológico diretamente vinculados às exigências das empresas. No âmbito das pesquisas educacionais o interesse mercadológico é pontual, o que faz com que elas dependam muito do financiamento público. Mas isso não significa que tais pesquisas não se articulem com os interesses capitalistas, pois o Estado é um espaço de disputa hegemônica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações políticas educacionais podem e devem mostrar como o Estado e a sociedade civil se articulam na definição do que, quem, como e quando da educação. Na universidade pública, os rumos da pesquisa dependem das tendências hegemônicas vinculadas aos projetos, aos grupos de pesquisas, aos departamentos, às reitorias. Tratam-se de forças capazes de determinar o que é prioritário. Em todo caso, mesmo a tendência hegemônica que se pode rotular de liberal ou de intervencionista, nos seus diversos matizes, supõe a existência de uma esfera pública (independentemente do nome e das consequências inerentes às ideias de *soberania nacional* e *compartilhada*). Ambas, tanto a liberal quanto a intervencionista, supõem os aparelhos ideológicos e políticos, no sentido gramsciano, na qualidade de dispositivo para se efetivar as tendências hegemônicas.

No entanto, deve-se lembrar de que o embate hegemônico em Gramsci supõe que a verdadeira práxis, “não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas”. Afirma-se, ao contrário, que a práxis é “expressão das classes subalternas” que “querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades –inclusive as desagradáveis – e

evitar enganos.” (GRAMSCI, 1995b, p. 270). Nesse sentido, as políticas educacionais revelam o estado em que se encontram o conflito de forças constitutivas de uma sociedade.

Cabe salientar o caráter agnóstico, conflitual, da disputa pela informação, sua produção e apropriação, ponto sem o qual a concepção de *intelectual orgânico*, ou de *príncipe moderno*, esvazia-se, sendo, portanto, superada pelos novos tempos. O cimento do bloco histórico deve ser visto como o saber circulando entre intelectuais e a massa, o que acaba por admitir a não distinção entre ciências naturais e políticas, entre um saber meramente voltado para o incremento técnico e um conhecimento *político* (das relações humanas) visando apenas tomar o poder e mantê-lo. Ainda que cada um atue no seu nível, (a relação homem-natureza, dada com a retificação da gestão da educação, e relação de poder entre os homens, formação humana de subalternos ou de lideranças), as duas esferas da ciência estarão sempre implicadas. Ao apropriar-se dos meios de produção, os trabalhadores apropriam-se do saber (da produção do conhecimento) capaz de mantê-los e incrementá-los. Nesse caso, implica redefinir os rumos da pesquisa não conforme o mercado, mas conforme as exigências coletivas (hegemônicas). Com isso se pode pensar uma nova forma de aproximação da pesquisa em educação com a educação básica, sobretudo como ela pode articular os profissionais que nela atuam em um processo de conhecimento das políticas educacionais e de intervenção em tais políticas.

As noções gramscianas são fundamentais para uma análise histórica da atividade acadêmica, especialmente da pesquisa das políticas educacionais. Elas ajudam a investigar a atuação do intelectual, em suas várias modalidades, como pesquisador e como atuante nas políticas. É possível contrapor o intelectual, comprometido com a transformação da sociedade capitalista, rumo a uma organização econômica justa, aos atrelados ao interesse do capital, portanto direcionados pelos rumos do mercado, movidos pela lógica do lucro. Uma pesquisa das políticas educacionais alinhada ao programa investigativo proposto por Gramsci compromete-se com a construção de uma nova forma social, ou seja, uma nova sociabilidade, o que exige pensar “conjuntamente as formas específicas de sua realização material e simbólica” (Dias, 2006, p. 63). As pesquisas em educação, por mais críticas que sejam, têm seus limites históricos e a obra de Gramsci aponta para como conhecê-los e superá-los.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos. **Marxismo e política: a dualidade dos poderes e outros ensaios**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

DIAS, Edmundo. **Política brasileira em debate: embates de projetos hegemônicos**. São Paulo, SP: Instituto José Luís; Rosa Sundermann, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995b.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 1995 a.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Torino: Enaldi Editore, 1975. v.1-2.

PORTELLI, Henrique. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1991.

TELLO, Cesar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

TELLO, Cesar. **Epistemologias de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas, SP: Mercado de Letras. 2013.

Como citar este documento:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SILVA, Sidney Reinaldo da. A perspectiva epistemológica em Antonio Gramsci e a pesquisa de políticas educacionais. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 27-41, jan./abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6867>>. Acesso em: 29 Abr. 2015.